

# O FIM DA POLITICA

O TRIUNFO DO PROCESSO SOBRE O PROJETO: A TIRANIA DO  
PRESENTE

Maria Manuel de Oliveira Fael Gonçalves de Matos

 Associação de  
Professores de  
**FILOSOFIA**

**Ficha técnica**

*O fim da política- O triunfo do processo sobre o projeto: a tirania do presente*

© Maria Manuel de Oliveira Fael Gonçalves de Matos, 2014

Trabalho realizado no âmbito da formação “Cidadania e Direitos Humanos”

Edição Apf - Associação de Professores de Filosofia

## **O FIM DO POLITICO**

### **O TRIUNFO DO PROCESSO SOBRE O PROJETO: A TIRANIA DO PRESENTE**

**Maria Manuel de Oliveira Fael Gonçalves de Matos**

#### **Justificação da escolha do tema**

Como professora de História o tema desta ação de formação atraiu-me de imediato já que assumo como missão, enquanto docente, atualizar continuamente os meus conhecimentos de forma a poder abrir novos horizontes aos meus alunos e a perspetivar com eles novas abordagens do conhecimento.

Como recente iniciada nas lides políticas a nível autárquico (deputada municipal) a perceção do debate político (ou da inexistência dele) no terreno faz-me refletir sobre o papel da política. Num tempo em que é cada vez mais nítido o descrédito geral face à política e aos políticos, assumir um cargo político pode ser entendido como, no mínimo, falta de bom senso ou distanciamento da realidade. Ora, quero acreditar que não é nem uma coisa nem outra. Daí a minha atração pelo tema que Innerarity trata no seu livro “O Futuro e os seus inimigos – uma defesa da esperança política”, tema esse que cativou a minha atenção para uma dimensão reflexiva sobre o sentido da política.

Como recente avó (condição assumida há 15 meses) preocupa-me o futuro das novas gerações e, embora tenha uma visão alargada do papel da humanidade como um todo e entenda que cada ser humano contribui, na sua quota-parte, para o avanço da humanidade inteira, a verdade é que as questões do exercício da cidadania me cativam e me fazem querer perceber melhor os contornos do futuro.

A minha formação em Bioética (pós-graduação em Bioética pela Universidade Católica, em 2005) complementa este enquadramento na medida em que fundamenta uma preocupação antiga com o ser humano como ser vivo e atuante, capaz do melhor e do pior em relação ao seu semelhante, responsável pela sua própria vida mas também pela vida do outro. Razões, mais do que suficientes, para me lançar num trabalho de reflexão fundamentada na leitura de dois autores que suscitaram o meu interesse

durante a ação de formação: Hannah Arendt e Daniel Innerarity. Nas diversas leituras que fiz antes de escolher, sequer, o tema a que me dedicar, pareceu-me ter encontrado, no cruzamento das ideias destes dois autores, uma proposta de trabalho interessante - "O fim da política ou o triunfo do processo sobre o projeto: a tirania do presente", relacionando a ideia de Arendt, de que os seres humanos vinculados por um projeto têm uma superioridade sobre aqueles a quem não vincula nenhuma promessa ou compromisso, com as ideias sobre o presente e o futuro da política veiculadas por Daniel Innerarity.

## **Introdução**

"O fim da Política" não é um título escolhido ao acaso nem a utilização do termo "fim" foi uma escolha inocente, tendo em conta que o termo pode assumir um duplo sentido e tem sido usado, em várias dimensões do conhecimento e da cultura, com esse duplo sentido.

Fim, como ponto final, finalização de um processo, esgotamento de um projeto, qual estertor último da esperança. O mesmo termo pode, no entanto, assumir tonalidades de esperança se entendido como finalidade, objetivo último, meta a atingir, razão pela qual o caminho se inicia, expectativa com a qual se percorre.

"O Fim da Política" é pois uma breve incursão, um atrevimento da parte de uma leiga na matéria, pelos meandros ideológicos e filosóficos, mas também históricos, que explicam e fundamentam a ação política.

É também um exercício de antevisão do futuro da política, uma tentativa de compreensão do fenómeno político como exercício da pluralidade de "convivência entre diferentes"<sup>1</sup> num tempo em que o descrédito generalizado, nos políticos mais do que na política, se propaga pela Europa e pelo mundo, retirando à política a sua dimensão de reguladora da ação humana e de facilitadora do futuro.

---

<sup>1</sup> ARENDT, Hannah (2002). O que é a Política? (3.ª edição). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. pág.8

Nesta linha de pensamento fui encontrar no prefácio do livro “Política e Modernidade – Linguagem e Violência na Cultura Contemporânea” assinado pelo seu autor, José A. Bragança de Miranda, uma referência à ideia de política que me pareceu refletir este descrédito generalizado:

*“Entenda-se o que se entender por “política”, ela não é o problema principal para quem espera a justiça como efeito da liberdade, e não como milagre do gregarismo; para quem abomina a violência mesmo que disfarçada de “consenso” ou “diálogo”; para quem considera que o “nó górdio” do presente só pode ser desatado pela política e não pela ética ou pela estética. Essa era uma promessa que iluminou a época do humano e que se costuma denominar por “modernidade”. Essa promessa, que a história escreveu e arquivou, tem vindo a ser adiada e mesmo obstruída.”<sup>2</sup>*

Significa isto que a política não tem futuro? A política ainda fará sentido no mundo atual?

## **1. O(s) sentido(s) da Política**

A escolha do título deste capítulo, o mais extenso deste trabalho, foi uma opção que surgiu quase no fim da sua elaboração ao perceber que falar de *política* num pequeno trabalho como este, implica, antes de mais, iniciar um percurso de clarificação do conceito, mas implica também tentar compreender se verdadeiramente a política tem sentido e em que sentidos se encaminha.

Necessariamente espartilhada pelo tempo disponível, acabei por enveredar por um percurso pouco organizado de leituras pessoais, mais guiada pela curiosidade e pelo acesso facilitado a alguns livros sobre o tema do que induzida por uma planificação racional e criteriosa de leituras previamente estabelecidas.

Começando inevitavelmente pela origem do conceito, tentei fugir à incontornável definição de política como o exercício da ação do homem livre na *pólis* sem, por isso, deixar de assumir uma breve visita à Grécia Antiga e à *Política* de Aristóteles. Como guia escolhi Hannah Arendt.

---

<sup>2</sup> Miranda, José A. Bragança de (1997). *Política e Modernidade – Linguagem e Violência na Cultura Contemporânea*. Lisboa. Edições Colibri, págs. 7-8

Em 1993 foram publicados, a título póstumo, vários fragmentos de escritos dispersos de Hannah Arendt num livro cujo título foi tomado de um texto com o mesmo nome, escrito no início da década de 1950. “O que é a política” é o título deste fragmento de uma “Introdução à Política” que a autora nunca chegou a concretizar. Recorri a este livro para iniciar este trabalho. Porquê esta escolha?

Em primeiro lugar porque o nome Hannah Arendt é incontornável numa leitura política da atualidade. O seu contributo como filósofa marcou o século XX, e ela própria se distinguiu pela coragem e independência com que defendeu as suas posições.

Em segundo lugar porque, sendo ela de origem judaica e tendo vivido a experiência da opressão nazi em primeira mão e assistido a um dos momentos mais graves de descrédito da ação política na história da humanidade, nem por isso descreditou da política como oportunidade de regulação e organização do convívio entre diferentes. Pelo contrário, parece que a experiência de totalitarismo, que ela tão bem caracterizou nas suas obras, a induziu a um pensamento novo, proporcionador de orientação num mundo dominado por condições e perspetivas sombrias, fornecendo-lhe a coragem para novos começos e para um agir responsável em liberdade, aspeto este que traduz numa frase simples mas cheia de significado “O sentido da política é a liberdade”<sup>3</sup>.

Foi pois com esta autora que revisei a conceção grega de política.

Hannah Arendt mostra que a diferença específica entre essa conceção e a conceção moderna está em estender a possibilidade grega da política a todos os indivíduos, sem exclusão dos escravos, das mulheres e dos estrangeiros, como acontecia na antiga Grécia. Distinguindo-se da interpretação geral comum do homem como ser político por natureza, defendida por Aristóteles, Arendt defende que o homem é a-político e acentua que a política surge não no homem, mas sim entre os homens, e, por conseguinte, fora dos homens. Desta forma, a política não é algo inerente ao próprio homem mas antes algo que resulta da relação entre os diferentes homens cuja liberdade e espontaneidade é pressuposto essencial para que possa surgir a verdadeira política. Ao contrário do que era defendido por Aristóteles, para Hannah Arendt não existe

---

<sup>3</sup> ARENDT, Hannah (2002). O que é a Política? (3.ª edição). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. Fragmento 3a, pág.15

nenhuma substância política original. A política surge no intra-espço e estabelece-se como relação.

Acreditando na capacidade de cada homem poder agir em liberdade, mais, de cada homem ser em si próprio um novo começo apenas pelo facto de, através do nascimento, tomar parte num mundo que já existia antes dele e que vai continuar a existir depois dele, Arendt considera estar perante um autêntico “milagre”, no sentido de cada nascimento possibilitar o impossível, ou seja, de enquanto os homens puderem agir serem capazes de fazer o improvável e o incalculável desde que não lhes seja coartada a liberdade ou reprimida a espontaneidade. Em síntese, a política baseia-se na pluralidade dos homens e trata da convivência entre diferentes.

Surpreendentemente, Hannah Arendt dá-nos, com a sua conceção de política, uma visão inovadora deste conceito. Tendo a noção clara de que existem preconceitos contra a política, algo que também hoje marca o nosso tempo, sobretudo a nível do descrédito relativamente aos políticos, refere a percepção generalizada de que a política é como uma “teia feita de velhacaria de interesses mesquinhos e de ideologia mais mesquinha ainda”<sup>4</sup>.

Assim entendida “tem a política ainda algum sentido?”<sup>5</sup> Esta questão, tratada no fragmento 3a do livro em análise, é tanto mais pertinente quanto Arendt refere, logo a seguir, que “o sentido da política é a liberdade”<sup>6</sup>. O segredo da primeira afirmação reside na palavra “ainda” pois a utilização deste termo implica o reconhecimento da vivência de experiências reais em que a política assumiu *fácies* terríveis, dominada pelo poder de uns poucos sobre muitos, como aconteceu na experiência nazi.

Segue-se um extenso fragmento (o 3b) sobre o sentido da política, em que a autora percorre a história da política desde a antiguidade clássica à modernidade e em que questiona, com frontalidade e clareza, se a política é liberdade ou necessidade.

A resposta a esta questão não é simples e provavelmente, com tempo suficiente para o seu tratamento, talvez chegássemos à conclusão de que ambas as asserções podem ser fundamentadas.

---

<sup>4</sup> ARENDT, Hannah (2002). O que é a Política? (3.ª edição). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. Fragmento 2, parágrafo 10, pág.9

<sup>5</sup> Idem, p. 15

<sup>6</sup> Ibidem, p. 15

Deixemos esta linha de pensamento e retomemos a análise que Hannah Arendt nos proporciona do conceito de política, ainda com base no estudo da Antiga Grécia. Explicando que, para os gregos o espaço público-político é a “coisa comum (*koinon*)”, espaço físico onde todos se reúnem, mas também espaço mental, de comunhão de interesses, âmbito onde todas as coisas se podem revelar em toda sua universalidade, Arendt revela, como importante atributo da política, fundado na imparcialidade do poeta Homero, a capacidade de ver as coisas de diferentes perspectivas, numa visão caleidoscópica que integra as muitas posições possíveis face à realidade e que permite a introdução de um conceito aristotélico que o mundo moderno quase esqueceu - o conceito de *phronesis* (compreensão) - aquela compreensão que o homem político deve assumir e que se traduz na capacidade de ter presente uma visão abrangente da realidade, compondo essa visão abrangente a partir de todos os possíveis pontos de vista e posições que permitem a análise de um aspeto, uma situação ou um problema. Através dos séculos quase não se falou dessa *phronesis*, que em Aristóteles é a verdadeira virtude cardinal da coisa política.<sup>7</sup> Mas é importante ter presente que uma coisa só pode mostrar-se sob muitos aspetos quando muitos estão presentes pois só assim ela aparece em projeções diferentes. Nesta linha de pensamento, a conhecida asserção de que *nenhum homem é uma ilha* poderia ser complementada com a ideia de que *um homem só não pode ser livre* na medida em que a liberdade da coisa política dependia, por completo, da presença e da igualdade de direitos de muitos.

Desta forma podemos concluir com Hannah Arendt que

*“a política não tem tanto a ver com os homens como tem a ver com o mundo surgido entre eles e que sobreviverá a eles; (...): quanto mais povos houver no mundo que tenham entre si essa relação e outras, mais mundo se formará entre eles e maior e mais rico será o mundo. Quantos mais pontos de vista houver num povo, a partir dos quais possa ser avistado o mesmo mundo, habitado do mesmo modo por todos e estando diante dos olhos de todos, do mesmo modo, mais importante e mais aberta para o mundo será a nação. Mas se acontecer o contrário e, através de uma tremenda catástrofe, só restar um povo na face da Terra e se esse povo chegar ao ponto em que*

---

<sup>7</sup> Ibidem, p. 41



*todos vêem e entendem tudo a partir da mesma perspectiva e vivem entre si em plena unanimidade, então o mundo terá chegado ao fim, no sentido histórico-político (...)*<sup>8</sup>

Seria, de facto, o fim da política pois, num mundo assim, a política deixaria de ter sentido e lugar para continuar a existir enquanto compreensão multifacetada do mundo e da realidade e ação sobre essa realidade.

Nesta fase da reflexão sobre o sentido da política tornou-se para mim fundamental perceber um pouco melhor o fenómeno da globalização e até que ponto ele acarreta o risco da “unanimidade” de que fala Arendt.

Nas leituras que fiz para fundamentar esta reflexão encontrei numa das recentes obras de Marciano Vidal, especialista no estudo das questões éticas, um capítulo intitulado “A globalização: perspectivas descritivas e orientações éticas” em que o autor, tratando das relações que é possível estabelecer entre a globalização e a ética, tenta configurar uma “globalização com rosto humano”.<sup>9</sup>

Ao clarificar o conceito de globalização, Marciano Vidal refere que este é “um processo humano em que intervêm múltiplos fatores”<sup>10</sup> expressando este termo a “tendência para a mundialização da vida humana”<sup>11</sup>, como se todos os seres humanos coexistissem num mesmo tempo e num mesmo espaço, num exercício de trazer o mundo inteiro para a vida de cada um, num processo de unificação da história humana nunca anteriormente possibilitado. Citando Garcia Roca, Vidal refere que “pela mundialização, todos os seres formam uma unidade orgânica e interconectada: a consciência humana amplia-se à escala planetária e cria-se uma nova aliança do ser humano com a natureza. Trata-se não só de uma mudança de escala, que passa do estado-nação ao sistema-mundo, mas também da transformação da residência mental e da consciência.”<sup>12</sup>

Marciano Vidal debruça-se depois sobre as diferentes dimensões da globalização (económica, cultural, mediática, social, política) que, na sua perspectiva interagem de

---

<sup>8</sup> Ibidem, p. 43

<sup>9</sup> VIDAL, Marciano (2007). Orientaciones éticas para tempos inciertos- Entre la Escila del relativismo y la Caribdis del fundamentalismo. Editorial Desclée De Brouwer. Bilbao. p. 394

<sup>10</sup> Idem, p. 394

<sup>11</sup> Ibidem, p. 394

<sup>12</sup> GARCIA ROCA. (1999). “El siglo que convirtió el mundo en una aldeã global” Sal Terrae, cit por VIDAL, Marciano (2007). “Orientaciones éticas para tempos inciertos- Entre la Escila del relativismo y la Caribdis del fundamentalismo”. Bilbao. Editorial Desclée De Brouwer

forma intensa, complexa e multidirecional. Inevitavelmente, tendo em conta o tema deste trabalho, foi à dimensão política que dei maior atenção. Considerando-a como uma das mais decisivas vertentes da globalização, Vidal defende que, nesta dimensão, se impõe cada vez mais a modernização e até a superação do Estado nacional, chegando a prever a criação de um Estado mundial em que se começa a pensar numa nova ordem mundial alimentada por uma visão da comunidade interdependente, unida e solidária, enquadrada pelos direitos humanos como dimensão axiológico-jurídica que ultrapassa os limites do estado-nação para adquirirem uma validade cosmopolita, lida como desejo de globalizar os direitos humanos, desejo esse que já vem de longe datando-se o seu início da teorização medieval e moderna do “direito das gentes”, logo seguida da proclamação dos direitos do cidadão nas revoluções americana e francesa e da contemporânea declaração universal dos direitos humanos de 1948. No entanto, a visão de Marciano Vidal não é ingénuo uma vez que também chama a atenção para as outras globalizações bem mais negativas como a globalização da pobreza, a do desastre ecológico, a da violência em geral, sobretudo da violência terrorista. Na sua perspectiva, não é de todo desejável uma globalização descontrolada. A globalização requer orientação ética se realmente quer servir o ser humano. Assim, como refere o autor, importa recolocar a conceção da condição humana tendo em conta os novos parâmetros da globalização que deve ser, antes de mais, solidária, uma solidariedade assumidamente assimétrica porque embora baseada nas relações entre os estados e transformada num bem comum universal, deve favorecer sobretudo os grupos humanos que sofrem as consequências negativas das assimetrias.

Termino o tratamento da questão da globalização com a referência a um dos autores que convoquei para este trabalho. Numa obra muito recente que, de certa forma surge na continuidade das anteriormente publicadas, Daniel Innerarity refere que “o que poderíamos chamar civilizar a globalização não é outra coisa senão reinventar a política à escala global de maneira que o mundo deixe de ter proprietários e passe a ser um espaço de cidadania.”<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> INNERARITY, Daniel (2013). Un mundo de todos y de nadie. Piratas, riesgos y redes en el nuevo desorden global. Editor digital: Mowgli (e-book), p. 2

## 2. O Bem Comum como sentido da Política

Face ao anteriormente exposto, e tendo consciência de que me desviei um pouco, nesta deambulação pelo conceito de globalização, do objetivo inicial exposto no capítulo anterior – o de tentar entender os riscos de unanimidade que a globalização poderia acarretar - cabe voltar à questão não esgotada ainda, do sentido da política. Na minha perspectiva o exercício político enquanto expressão da liberdade de todos só faz sentido se a política puder ser entendida como ação livre de todos no exercício da cidadania em prol do Bem Comum. Chegados aqui, é absolutamente necessário perceber do que tratamos quando falamos de Bem Comum. Por via da minha formação em Bioética, a questão do Bem Comum é para mim muito significativa. Assim, não pude deixar de procurar nas prateleiras da minha Biblioteca pessoal um pequeno livro que trata dessa questão à luz da Bioética. Esse livro resultou da publicação das atas do Congresso Anual da Associação Europeia de Centros de Ética Médica, realizado em Outubro de 1997, em Coimbra, com o relevante tema “Bem da Pessoa, Bem Comum”. A apresentação desse congresso esteve a cargo do então presidente do Centro de Estudos de Bioética, precursor da Bioética em Portugal, Dr. Jorge Biscaia, recentemente falecido e a quem aqui presto a minha sentida homenagem como homem bom que soube dar corpo e alma ao que defendeu nos seus escritos de Bioética. A ele devo o meu crescente interesse e respeito pela Bioética como reflexão responsável sobre a Vida. Na obra a que acima me referi diz, a propósito do eventual conflito entre Bem da Pessoa e Bem Comum:

*“Poderia contudo pensar-se que uma procura exclusiva do Bem da Pessoa tornaria obrigatório o confronto com outro valor aparentemente antagónico como era o do Bem Comum, tornando assim difícil o discernimento caso a caso.*

*Por isso mesmo se impunha que, ao definir-se a Pessoa como relação, se deveria realçar uma capacidade de comunicação que na prática mostrasse que só na alteridade se poderia encontrar o bem da Pessoa. Na realidade se não se tiver em conta o Bem dos*

*Outros, a comunidade em que vivem e que lhes dá sentido, a Pessoa nunca poderá atingir o seu verdadeiro Bem.”<sup>14</sup>*

Complementando esta reflexão, encontrei no mesmo livro um pequeno artigo de Michel Renaud, intitulado “A tensão entre o bem da pessoa e o bem comum” que suscitou o meu interesse e do qual retiro a citação que passo a transcrever:

*“As finalidades da comunidade política e do Estado são outras que não as da existência ética singular e pessoal. Qua a finalidade do político seja, com efeito, compreendida como procura da segurança externa e da concórdia interior, como aumento do poder ou, segundo as teses mais recentes de Hannah Arendt, como o desenvolvimento da capacidade de desdobrar uma ação em conjunto, a finalidade do Estado nunca poderá compreender-se como a formação de uma superconsciência pessoal e coletiva. Se tal fosse o caso, a finalidade da existência política seria perfeitamente idêntica à existência ética e o indivíduo poderia, sobre o Estado descarregar-se da responsabilidade quanto à procura do sentido ético da existência. Segue-se que em caso de conflito entre a finalidade política e a finalidade ética pessoal, é esta que predomina, na medida em que a finalidade política está ao serviço das pessoas e não o inverso. Esta tese não significa que o Estado não possa exigir sacrifícios às pessoas, sacrifícios em vista ao bem comum compreendido como bem das pessoas. Neste caso, contudo, tratar-se-á de um sacrifício consentido por um ou vários cidadãos, em proveito de outras pessoas mediante a decisão política.”<sup>15</sup>*

Michel Renaud, neste artigo, procura clarificar alguns subentendidos na relação entre bem comum e bem da pessoa, sugerindo que a tensão que pode existir entre um e outro pode ler-se como “um momento isolável no seio de um dinamismo evolutivo complexo”<sup>16</sup>, podendo existir “tensões fecundas e outras potencialmente mortíferas”<sup>17</sup>. Precisa ainda o conceito de “bem da pessoa” distinguindo-o de “bem particular” e

---

<sup>14</sup> BISCAIA, Jorge. Apresentação in Bem da Pessoa e Bem Comum - Um desafio à Bioética. CEB.AECCEM. Coimbra. Gráfica de Coimbra, p. 3

<sup>15</sup> RENAUD, Michel.(1998) “A tensão entre o bem da pessoa e o bem comum” in Bem da Pessoa e Bem Comum - Um desafio à Bioética. CEB.AECCEM. Coimbra. Gráfica de Coimbra, p. 13

<sup>16</sup> Idem , pág. 9

<sup>17</sup> Idem, pág 9

delimita o conceito de “bem comum” esclarecendo que pode ter várias aceções (“bem da coletividade política”, “bem de um grande número de indivíduos”, “bem da maioria dos cidadãos”) mas nunca “bem de todos”.

Tomando a ética como eixo principal da sua reflexão, Renaud sugere cinco teses como ponte para o esclarecimento das situações de conflito entre o bem da pessoa e o bem comum:

1. É a pessoa singular ou individual que é portadora do sentido ético da sua existência, tese esta que deve ser fundamentada pela reflexão filosófica. Assim, partindo dos conceitos de liberdade, autonomia e finalidade do agir, Renaud parte da formulação de liberdade de Jean Ladrière (“um agente livre é um agente capaz de se dar a si próprio a lei da sua própria ação e de agir unicamente em função desta lei”<sup>18</sup>) e avança para o conceito de autonomia como modo de agir que exige que se tenha acesso à finalidade da ação (conduta provida de sentido). Ora, o sentido da existência humana não pode ser assumido por imposição ou constrangimento externo, sem o acordo do ser pessoal, acordo esse que exige dele um compromisso ativo que põe em jogo a sua liberdade. Daqui se conclui que é a pessoa que tem a responsabilidade última pelo sentido ético da sua existência.
2. A pessoa inclui, na sua própria definição, uma abertura ao outro, ou seja, cada ser humano é sempre um ser de relação. Renaud faz apelo a Lévinas quando refere que “o ser pessoal acede à dimensão ética quando o rosto do outro homem que está diante dele é reconhecido não como uma coisa ou um obstáculo, mas como a marca finita de uma infinitude”. É ainda na mesma linha que Renaud, esclarecendo este segundo princípio, refere que “a atitude de abertura à “humanidade do outro homem” é mais do que um reconhecimento teórico, uma vez que exige da minha parte o respeito que vê no olhar do outro a presença ausente do infinito, forma muito bonita de fazer a ponte com o terceiro princípio...
3. A alteridade do outro homem está inscrita em cada um de nós sob duas formas irreduzíveis: a relação à pluralidade e a relação à totalidade. Numa curiosa

---

<sup>18</sup> Ladrière, Jean. L'éthique dans l'univers de la rationalité. 1997 pág. 39, citado por Renaud, Michel, ibidem. Pág. 11

alusão ao papel da mãe (que pela proximidade das ligações físicas figura a abertura aos outros – relação de pluralidade) e do pai (que permitindo ao filho abrir-se ao mundo ético, cultural e social figura a abertura às totalidades institucionais), Renaud conclui que a abertura ao outro segrega, a partir da alteridade dos pais, uma forma irreduzível de que a comunidade política será a realização adequada.

4. *As finalidades da comunidade política e do estado são outras que não as da existência ética singular e pessoal.*<sup>19</sup>

5. *Os grupos associativos ocupam um lugar imprescindível entre as pessoas e o Estado, mas a sua finalidade é específica, mediadora e subordinada.* Este último princípio diz respeito às ligações intersubjetivas e aos lugares intermediários entre o indivíduo e o Estado. De facto, é a partir da participação ativa de cada indivíduo nos grupos profissionais, recreativos, culturais, desportivos, mas também políticos (pela mediação dos partidos) e religiosos (nas Igrejas, por exemplo) ou humanitários que as pessoas conferem um conteúdo concreto e reconhecível à sua pertença à comunidade política inteira. Nestes casos, o bem que os membros de cada grupo prosseguem em conjunto é determinado de modo particular em função do tipo de atividade que justifica a existência do grupo. Este “bem comum particular a cada grupo” pode ser entendido como garantindo o elo de ligação entre o bem comum geral e o bem das pessoas. Mas esta função de ligação não permite a estes grupos associativos, sob pena de perversão da cidadania política, absolutizar a sua finalidade, o que seria o caso se não reconhecessem, de modo explícito ou implícito, a sua subordinação à ligação política geral (aspeto que se vê em situações de fanatismo que reina por vezes no seio de partidos políticos e grupos desportivos em que os seus membros ficam reduzidos à figura de “supporter” do grupo, perdendo de vista o seu papel de cidadãos ou seres humanos pertencentes à humanidade inteira).<sup>20</sup>

Dar sentido à política, entendida como espaço de relação ocupado por homens e mulheres livres, capazes de contribuírem com uma visão multifacetada da realidade para a ação em prol do Bem Comum será o suficiente?

---

<sup>19</sup> Cf. citação na página 8 deste trabalho.

<sup>20</sup> Cf artigo citado, página 14

### 3. A política como Processo ou como Projeto?

Tenho consciência de que na política, como na vida, distinguir o essencial do acessório é fundamental e, mais importante ainda, é não confundir a urgência<sup>21</sup> com a prioridade e agir numa lógica tantas vezes de reação em vez de ação. O agir supõe visão estratégica, capacidade de decisão, enquanto o reagir supõe imediatismo, entendido como conjunto de reações, quase instantâneas e muitas vezes irrefletidas, face a urgências também muitas vezes não prioritárias e tantas vezes condicionadoras do futuro.

Neste ponto do trabalho parece chegado o momento de equacionar, com Daniel Innerarity na sua obra “El futuro y sus enemigos - una defensa de la esperanza política”, se a política tem lugar no mundo contemporâneo e que política é esta que se concretiza num tempo marcado pela “focalização autista no presente”<sup>22</sup>.

Ao fazer o diagnóstico do tempo presente, o autor refere que “a nossa relação com o futuro coletivo não é de esperança e projeto, mas sim de precaução e improvisação.”<sup>23</sup> Designando esta situação como “tirania do presente”, tenta averiguar os vários motivos que a explicam e justificam. Um dos principais é a aceleração do tempo que dificulta a perceção das dificuldades estruturais e a sua antecipação. Esta aceleração, tal como acontece quando vamos num automóvel a alta velocidade, vem acompanhada de uma diminuição proporcional do alcance da visão. As paisagens ficam distorcidas, o horizonte impossível de fixar e, embora a aceleração produza a sensação de uma aproximação mais rápida à meta (ao futuro), a verdade é que tende a anular o tempo de reflexão pelo que o tempo longo para as decisões estratégicas nunca ou raramente acontece. Daí que possamos dizer que o projeto, entendido como tempo de desenho da ação a assumir, tempo de preparação do futuro, é cada vez mais substituído pelo processo, entendido como gestão das urgências.

---

<sup>21</sup> “No universo competitivo a imediatez das respostas constitui uma regra de sobrevivência absoluta. A urgência deixou de ser excecional e impõe-se como modalidade temporal da ação em geral. Mas todos sabemos que a absolutização da ideia de urgência arruína a própria ideia de urgência. Os sinais de alarme só são eficazes se são excepcionais, se não se generalizam.” (INNERARITY, Daniel (2009).El futuro y sus enemigos – una defensa dela esperanza politica. Barcelona. Ediciones Paidós Ibérica S.A, p. 56)

<sup>22</sup> INNERARITY, Daniel (2009).El futuro y sus enemigos – una defensa dela esperanza politica. Barcelona. Ediciones Paidós Ibérica S.A.

<sup>23</sup> Idem, p.12

As mudanças são cada vez mais rápidas, o tempo é mais curto. O desafio é cada vez mais reestruturar o tempo na era da globalização e a principal tarefa da política democrática é, sem dúvida, “estabelecer a mediação entre a herança do passado, as prioridades do presente e os desafios do futuro.”<sup>24</sup> Para Innerarity, não é nenhuma casualidade que a crise da democracia tenha lugar num momento em que é cada vez mais questionável que aquele regime político tenha capacidade para esta mediação. Como ele refere “o tempo desfila entre nós sem referências estruturadoras e ocupamo-lo com um oportunismo cínico ou com uma instalação depressiva, compensando a nossa ineficácia com a agitação superficial, substituindo a esperança pela evocação inútil do completamente outro.”<sup>25</sup>

Outros motivos explicativos da “tirania do presente” são, na perspetiva de Innerarity, “o facto de os períodos eleitorais estruturarem a medida temporal da democracia representativa”<sup>26</sup> o que faz com que os governos definam estratégias políticas que só servem o tempo curto, geralmente quatro anos, em que têm que assegurar a vitória nas eleições seguintes. Os próprios eleitores têm tendência a pensar no presente e se acrescentarmos o facto de aumentarem continuamente os eleitores de terceira idade, com uma tendência natural para a valorização do tempo próximo, temos reunidas as condições para que a tirania do presente se afirme cada vez mais. Ora “a consequência imediata da tirania do presente é que o futuro fica sem atenção, que ninguém se preocupa com ele.”<sup>27</sup> A este propósito, Innerarity coloca-nos algumas questões muito pertinentes e preocupantes: “Temos nós mais direitos do que os nossos descendentes? É justo formular uma preferência temporal pelos atualmente vivos? Não seria isto uma espécie de colonialismo temporal?”<sup>28</sup> Estas questões ganham todo o sentido num tempo em que, cada vez mais, “a política perde a sua função de ator configurador e adota o estatuto de jogador reativo ou reparador de danos”<sup>29</sup>.

---

<sup>24</sup> Idem, p 13

<sup>25</sup> Ibidem, p.14

<sup>26</sup> Ibidem, p.24

<sup>27</sup> Ibidem, p. 28

<sup>28</sup> Ibidem, p.29

<sup>29</sup> Ibidem,p.84



Neste contexto impõe-se a urgência do projeto. Como refere Hannah Arendt, na sua obra editada em 1958, “The Human Condition” (“A Condição Humana”)<sup>30</sup>, os seres humanos vinculados por um projeto concertado têm uma superioridade sobre aqueles a quem não vincula nenhuma promessa (compromisso) e carecem de intenção. Para esta autora, todo o pensar é um repensar, o retomar mais uma vez a tarefa de compreender a realidade, tarefa esta que é já política no sentido de dimensão essencial da condição humana. Arendt não só analisa de forma brilhante e original as especificidades da condição humana através do estudo das três atividades que integram a *vita activa* - o labor (entendido como atividade decorrente das necessidades do próprio processo biológico contido no ciclo vital da espécie); o trabalho (que permite a recriação da natureza através dos objetos criados pelo homem); a ação (“única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria”) – como consegue demonstrar que a ação, a palavra e a liberdade são requisitos fundamentais para a construção da comunidade política, requisitos sem os quais não é possível construir democracia.

Mas de que democracia falamos na segunda década do século XXI?

Foi a propósito da democracia que acabei por dar com um outro livro de Innerarity que me atraiu de imediato a atenção – “La democracia del conocimiento – por una sociedad inteligente”. Logo na introdução, o autor declara que foi na sequência do livro “O futuro e os seus inimigos”, em que considerava que a reflexão acerca do futuro era o melhor instrumento para avançar na renovação da democracia, que se questionou sobre o papel do conhecimento na qualidade da democracia. Nesta linha refere que “as políticas do conhecimento e através do conhecimento se converteram num assunto de cidadania democrática, a partir dos quais se jogam muitos problemas teóricos e, principalmente, a qualidade do nosso espaço público”.<sup>31</sup> Partindo daquilo que designa como “uma introdução antropológica ao governo do conhecimento” numa sociedade caracterizada pela sobrecarga de informação, Innerarity, refere que a ação política

---

<sup>30</sup> ARENDT, Hannah. A condição Humana (10.ª edição). Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária

<sup>31</sup> INNERARITY, Daniel (2011). La democracia del conocimiento – por una sociedad inteligente. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, SA .p. 12

fundamental, neste contexto, é a organização da incerteza e é disso que se ocupa na segunda parte deste livro, partindo do princípio de que os problemas de natureza política são também problemas cognoscitivos. Concluindo que “uma sociedade do conhecimento e da inovação desloca as anteriores ideias de formação – ser perfeito, estar bem informado ou ser crítico - para uma nova competência a que chamamos criatividade e que poderia entender-se como a capacidade de modificar as nossas expectativas quando a realidade as desmente em lugar de insistir em dizer à realidade o que esta deve fazer, termina com a ideia de que o grande desafio da humanidade já não é dominar a natureza mas fazer avançar juntos a informação e a organização.

De facto, se “o ser humano é o único no reino dos seres vivos que sabe que há futuro”<sup>32</sup> e se “enquanto os homens puderem agir, eles serão capazes de fazer o improvável e o incalculável”.<sup>33</sup> e “cada homem é em si um novo começo, uma vez que, por meio do nascimento, veio ao mundo que existia antes dele e vai continuar a existir depois dele”<sup>34</sup> há sempre razões para a esperança ainda que, por vezes, a realidade ou algumas leituras da realidade pareçam contrariar esta visão. Mas, como refere ainda Innerarity, qualquer projeto só é possível num contexto aberto e indeterminado o que pressupõe uma visão de sinal positivo da realidade social. É dessa visão que trata o último capítulo deste trabalho.

#### **4. O fim da política**

No início deste trabalho delimitámos o conceito de “fim da política” não só com o significado de término de um processo mas também com a conotação de finalidade, de esperança. Na fase final desta breve reflexão, regresso à esperança com Innerarity. No capítulo oitavo do livro já citado, “O futuro e os seus inimigos – uma defesa da esperança política”, Daniel Innerarity aborda de forma muito interessante e inovadora, com uma linguagem feita de fresca ideológica e de renovação comunicacional, a questão do

---

<sup>32</sup> INNERARITY, Daniel (2009). El futuro y sus enemigos – una defensa de la esperanza política. Barcelona. Ediciones Paidós Ibérica S.A.p.11

<sup>33</sup> Hannah Arendt

tempo futuro, identificando a esperança como o código de ocupação de um tempo que se apresenta à humanidade como cheio de incertezas, de riscos e de desconfiança.

Constatando que “carecemos de grandes sistemas portadores de esperança coletiva, de utopias capazes de fazer sonhar ou de fins (finalidades) que ponham em marcha forças comuns”<sup>35</sup>, o autor, de forma muito lúcida, reconhece que a sociedade atual se mobiliza muito mais facilmente com a agitação das coisas passadas do que com os projetos de futuro. Ligando esta ideia com o facto de os cidadãos serem muito mais sensíveis aos riscos que às oportunidades, Innerarity reconhece que nos movemos entre uma “esperança débil” e uma “desesperança soft”, num espaço espartilhado que apenas deixa lugar para um “futuro fingido pelas retóricas da inovação”. Chega mesmo a questionar se, face ao esvaziamento da ideia de progresso que, na sua perspetiva, passou a ser designado na atualidade por modernização,<sup>36</sup> “a política pode configurar o futuro das nossas sociedades ou deve limitar-se a registar a impotência coletiva”.<sup>37</sup>

Entendendo que “não é casual que o desencanto a respeito da política coincida com o momento em que o futuro se converteu numa categoria problemática,”<sup>38</sup> o autor questiona-se sobre as consequências políticas que poderão advir da crise da ideia de progresso, já que a política atualmente não se move por projetos que suscitem a esperança coletiva. “A política tem por objetivo configurar um horizonte comum de sentido no qual se articulem as expetativas individuais com o progresso coletivo.”<sup>39</sup> “

Passar de um futuro entendido como algo assegurado a um futuro entendido como algo aberto, frágil, dependente da nossa liberdade e vontade e mobilizador da nossa responsabilidade é o grande desafio. Innerarity abre a porta da esperança ao referir que nesse lugar aberto pode ser que se inaugure uma nova oportunidade e que a política, “combinação singular de visão e paixão, de perspetiva e determinação” possa

---

<sup>35</sup> INNERARITY, Daniel (2009). El futuro y sus enemigos – una defensa dela esperanza politica. Barcelona. Ediciones Paidós Ibérica S.A.p.183

<sup>36</sup> Defendendo a tese do estilhamento da ideia de progresso nascida na Europa iluminista, uma crença que ingenuamente acreditava num progresso automático em que todos os tipos de progresso se encadeavam harmoniosamente, fazendo convergir, por ação da unificação geral proporcionada por um quadro histórico de inteligibilidade e de governabilidade articulada, os avanços científicos e técnicos com o progresso moral e político, Innerarity designa o termo “modernização” como mero eufemismo da ideia envelhecida de progresso, questiona-se ainda sobre que consequências políticas terá a crise da ideia de progresso já que, no seu entender a política não é movida atualmente por projetos que suscitem a esperança coletiva, nem por antecipações do futuro especialmente prometedoras.

<sup>37</sup> Idem, p.184

<sup>38</sup> Ibidem, p. 187

<sup>39</sup> Ibidem, p.197

ser consciência dos limites mas também vontade de superá-los. Esta esperança que Innerarity defende e que designa por “esperança razoável” definindo-a como “esse sentimento ou afeto humano que regula a nossa relação com o futuro” fundamenta-se no conhecimento da realidade, uma “realidade que não é fácil nem se reduz ao atualmente possível”, mistura de possibilidades e impossibilidades que estão em parte abertas e em parte fechadas à ação. Nesta linha de pensamento, Innerarity adota o conceito, atribuído a Westbrook (2005) de “*esperança democrática*, que não é ingénuo nem demasiado confiante, que tem a suficiente decepção às suas costas para não confiar excessivamente nas promessas mas a quem essa experiência não impede de aspirar ao melhor.”<sup>40</sup>

## Epílogo

Na fase final deste pequeno trabalho sinto-me a juntar peças de um puzzle. Peças que fazem sentido de *per se*, cada uma delas capaz de se autonomizar em relação às outras mas incapaz de cumprir completamente o seu destino dando sentido a um todo que só se consegue juntando-as e ordenando-as de forma coerente. Assim funciona também a política, espaço de ação de cada um, só perfeitamente cumprido quando é possível ouvir o outro, na medida em que, como vimos atrás, a política decorre verdadeiramente da ação de muitos. Desta forma a política não se confunde, não pode confundir-se, com o Estado e com a ação dos poucos que governam, pois isso seria negar a própria política no sentido do termo que temos vindo a descobrir com Hannah Arendt.

Tendo consciência de que muito ficou por referir neste trabalho e que o tempo para a sua realização colidiu com as muitas tarefas profissionais e familiares que a vida me vai impondo, deixo aqui, à laia de fecho, um texto que, embora apresente uma certa visão negativa da política, não deixa de ser muito pertinente nos tempos que correm. É um texto recente, que coloca o dedo nas várias feridas que afetam a humanidade nos tempos designados como pós-modernos e que nos faz compreender como a resposta

---

<sup>40</sup> Ibidem, p.208

política a este presente cinzento, marcado pelo relativismo ético, só pode ser a esperança.

Nos escombros da sociedade pós-moderna, os políticos esqueceram-se do bem comum. Muitas vezes, já não governam, sequer, para quem os elege.

Governam por pulsões pessoais ou para pura e simples promoção de interesses particulares oligárquicos.

Agendas escondidas. Agenciamento de empregos. Distribuição de dinheiro e de benesses.

Dir-se-á que foi sempre assim. Mas não é verdade.

Voltámos à lógica da razão de Estado, mas noutra figurino.

Agora, a violência do poder puro e duro dos novos príncipes que dominam os aparelhos económico-financeiro-político-partidário e, por via disso, o Estado e todas as suas funções, é exercida para vencer qualquer contingência, objeção ou escrúpulo moral do povo governado, num sequestro social que se tem mostrado imparável e implacável.

Os protagonistas políticos, totalmente dominados, já não acreditam realmente na legitimidade do seu mandato e servem estes novos príncipes sem ligar ao povo, buscando somente a permanência nesse poder (pelo poder) e as correspondentes vantagens financeiras.

A lógica imperial-dominante é que a vida se faz e se desfruta hoje, aqui e agora. Para vantagem do nosso grupo.

O poder no mundo e do mundo.

Os outros são o nosso inimigo ou o nosso inferno, nunca os nossos irmãos.

Os fins últimos morais que fundam o bem e o direito comuns foram e estão tragicamente abalados.

Depois das revoluções em marcha, das utopias progressistas, da mudança constante com a razão por instrumento e farol, apesar de tudo a pensar-se no bem comum do homem, chegámos a um novo paradigma.

O puro egoísmo, o caos da relativização universal e o princípio da atomização do homem.

Do sonho da possibilidade do absoluto e do conhecimento total caímos no poço e na desgraça do relativismo impassível.

O homem nunca esteve tão só, tão desprotegido, tão abandonado.

De feto à idade adulta, o homem é descartável e biodegradável como um cartão velho ou uma couve.

O homem já não é o ser feito à imagem e semelhança de Deus.

O homem é um processo e um processo que pode ser interrompido.

Sem Deus, todas as derivas homicidas e mortais são possíveis.

O inferno está anunciado como progresso.

O homem já não é primus, mas ultimus.

Miguel Alvim<sup>41</sup>

## **Agradecimentos**

Agradeço ao nosso formador, Doutor Alexandre Sá, a paciência e compreensão com que aguardou este trabalho e à minha querida amiga Manuela Miranda a esperança com que me incentivou a concretizá-lo.

---

<sup>41</sup> Artigo POLÍTICA E CONTEMPORANEIDADE - Notas sumárias a propósito da aprovação da nova lei da eutanásia infantil na Bélgica, <http://o-povo.blogspot.pt/2014/03/politica-e-contemporaneidade-notas.html>, acedido em 4 de março de 2014

## Referências Bibliográficas

- ALVIM, Miguel (2014, março 4). Política e Contemporaneidade - Notas sumárias a propósito da aprovação da nova lei da eutanásia infantil na Bélgica (artigo em blogue). Disponível em <http://o-povo.blogspot.pt/2014/03/politica-e-contemporaneidade-notas.html>, acedido em 4 de março de 2014
- ARENDT, Hannah (2002). O que é a Política? (3.ª edição). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil
- ARENDT, Hannah (2007) A condição humana (10.ª edição). Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária
- BISCAIA, Jorge. Apresentação in Bem da Pessoa e Bem Comum - Um desafio à Bioética. CEB.AECM. Coimbra. Gráfica de Coimbra
- INNERARITY, Daniel (2009). El futuro y sus enemigos – una defensa de la esperanza política. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, SA.
- INNERARITY, Daniel (2011). La democracia del conocimiento – por una sociedad inteligente. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, SA.
- INNERARITY, Daniel (2013). Un mundo de todos y de nadie. Piratas, riesgos y redes en el nuevo desorden global. Editor digital: Mowgli (e-book)
- MIRANDA, José A. Bragança de (1997). Política e Modernidade – Linguagem e Violência na Cultura Contemporânea. Lisboa. Edições Colibri
- RENAUD, Michel.(1998) “A tensão entre o bem da pessoa e o bem comum” in Bem da Pessoa e Bem Comum - Um desafio à Bioética. CEB.AECM. Coimbra. Gráfica de Coimbra
- VIDAL, Marciano (2007). “Orientaciones éticas para tempos inciertos - Entre la Escala del relativismo y la Caribdis del fundamentalismo”. Bilbao. Editorial Desclée De Brouwer